

## **Especialista: economia da Light está "explodindo" sob cariocas**

As recentes explosões nas câmaras subterrâneas do sistema de distribuição de energia da concessionária Light, no Rio de Janeiro, são reflexos da gestão equivocada desde a privatização da empresa e devem motivar uma revisão da metodologia de avaliação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para haver antecipação aos problemas. A análise é do coordenador do Grupo de Estudo do Setor de Energia Elétrica (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ), Nivaldi de Castro.

"É um alerta para a Aneel desenvolver uma metodologia de controle de qualidade do serviço, mais de curto prazo do que a utilizada atualmente, que basicamente mede a frequência e a duração do corte de fornecimento. É preciso uma nova metodologia para que esse tipo de problema, que coloca em risco a população, tenha uma penalização mais consistente, que evite acidentes no Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil", disse Castro.

Para o coordenador do Gesel, os problemas na Light vêm desde a privatização da empresa, em 1996, inicialmente controlada pelo grupo francês EDF e atualmente sob comando da Companhia Elétrica de Minas Gerais (Cemig). "A Light fez uma gestão administrativa centrada na performance financeira, maximizando os ganhos em detrimento da qualidade no atendimento à população. O resultado disso é que em vez dela gastar em manutenção de equipamento deixou os gastos se transformarem em lucro. Agora, a atual diretoria está pagando esta conta, do acionista anterior, de gastos que deveriam ter sido feitos no passado e que estão explodindo sob os cariocas", afirmou.

Segundo Nivaldo de Castro, um dos erros cometidos pela empresa foi prescindir dos quadros experientes em troca da contratação de funcionários terceirizados. "São pessoas que não têm compromisso com a empresa e que não vestem a camisa. Se economiza na equipe, a empresa ganha, mas o consumidor perde", disse. A Light informou, por meio de nota divulgada pela assessoria de imprensa, que aumentou os recursos aplicados no sistema de distribuição em 2011, totalizando R\$ 88 milhões para a recuperação da rede subterrânea, representando mais de dez vezes o que se gastava anualmente no período de 2004 a 2008 e

mais de três vezes o gasto do ano passado.

Sobre as críticas ao processo de terceirização de mão de obra, a assessoria informou que a concessionária decidiu contratar diretamente 250 funcionários. "Até 2010, a mão de obra utilizada para executar as tarefas na rede subterrânea era majoritariamente terceirizada. Hoje é o contrário: apenas uma minoria de técnicos é terceirizada", diz a nota.

## Desindexar ainda é preciso

Andre de M. Modenesi, Fernando Ferrari Filho e Rui Lyrio Modenesi

A indexação é definida como a correção automática dos valores nominais por um índice de preços. Normalmente, é buscada pelos agentes econômicos em momentos de inflação alta (ou crônica), como forma de proteger suas rendas do efeito corrosivo da alta dos preços - assegurando uma espécie de convivência pacífica com a inflação.

No Brasil, sua origem remonta à reforma monetária de 1965, no âmbito do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) do presidente Castello Branco. No início dos anos 1960, havia o que A. L. Resende chamou de ficção da moeda estável: a coexistência de altas taxas de inflação (em 1964, os índices de preços acumulavam altas ao redor de 100%) com a lei da usura (limitava os juros em 12% ao ano). Isso inibia a demanda voluntária por títulos públicos (que apresentavam rendimento real negativo), comprometendo-se o financiamento não inflacionário do déficit.

A brilhante solução deu-se na forma de um título público indexado, a Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN). Já em 1965, metade do déficit - que desde 1960 vinha sendo coberto fundamentalmente por emissão de moeda - foi financiada pela venda de títulos; em 1966, a colocação de títulos assegurou o financiamento não inflacionário do mesmo.

No entanto, aquilo que, no curto prazo, parecia ser uma ótima solução transformou-se em verdadeiro tiro no pé. As ORTN representam o pecado original da ampla disseminação de mecanismos (formais e informais) de indexação, que distinguia a economia brasileira no fim dos 1970: era uma economia plenamente indexada.

Se, por um lado, a indexação assegura uma convivência pacífica com a inflação, por outro, ela dificulta a eliminação da própria inflação. A razão é bem conhecida dos brasileiros: o processo inflacionário torna-se inercial, como ficou claro a partir dos anos 1980. A inflação passada

projeta-se para o futuro, criando-se um movimento de alta dos preços autônomo em relação ao lado real da economia. Isto é, a inflação inercial não resulta de choques de demanda nem de oferta.

As LFTs, verdadeiras aberrações, distorcem a curva de rendimentos e inibem financiamento de mais longo prazo

Consequentemente, a política monetária (que atua sobre a demanda) se torna pouco eficaz. O mesmo ocorre com as medidas de combate à inflação pelo lado dos custos, como as chamadas políticas de renda. No limite, o gestor de política econômica torna-se incapaz de debelar a inflação com os instrumentos tradicionais.

A interrupção do processo de alta inflação crônica foi obtida com sucesso com a reforma monetária do Plano Real. A proibição de indexação por prazos inferiores a um ano e a criação da Unidade Real de Valor (URV), inspirada na proposta de Resende e de Arida, reduziram fortemente o peso do componente inercial da inflação - recuperando-se, substancialmente, a eficácia dos instrumentos tradicionais de estabilização. Assim, foi vencida a batalha contra a alta inflação crônica.

Mas a guerra da estabilização ainda não está ganha. Ainda falta vencer a batalha da erradicação do piso inflacionário, que marca a economia nos 17 anos pós-Real: o IPCA se manteve abaixo de 5% ao ano em apenas quatro ocasiões e sua média foi superior a 7%, a despeito das doses cavalares da Selic.

Apesar do grande avanço, a desindexação do Real foi incompleta e os mecanismos de indexação ainda permeiam variados setores da economia. Quanto aos preços, destacam-se os aluguéis (indexados ao IGP-M), as tarifas de energia elétrica (parcialmente atrelada ao IGP-M) e de telefonia (indexada a um índice setorial, IST, também composto pelo IGP-M) e o salário mínimo (que passou a ser indexado ao IPCA e ao crescimento do PIB). São preços chave da economia, insumos de larga utilização, cuja indexação amplia o componente inercial da inflação.

No lado financeiro, nada foi feito: o Real manteve intocadas as anacrônicas instituições monetárias e financeiras do período de alta inflação. É preciso reformá-las, tornando-as compatíveis com a atual condição de estabilidade de preços. A existência de ativos financeiros altamente líquidos (muitos com liquidez diária) e pós-fixados (indexados

ao CDI) é uma anormalidade. Não há nada similar em economias com preços minimamente estáveis, como o Brasil pós-Real. O mesmo vale para as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), título público indexado à Selic: um ativo singular, com alta liquidez e rentabilidade e sem risco de taxa de juros. Uma verdadeira aberração, que distorce a curva de rendimentos - que tende a tornar-se mais curta e inclinada -, inibindo o financiamento de mais longo prazo.

A indexação compromete, portanto, dois elementos chave de uma estratégia de desenvolvimento econômico, em linha com o chamado Novo Desenvolvimentismo. Primeiro, contribui para reduzir a eficácia da política monetária - demandando taxas de juros relativamente altas, dadas as metas de inflação - com conhecidos efeitos deletérios sobre a atividade econômica, o câmbio e as contas públicas. Segundo, limita o financiamento de longo prazo, inibindo investimentos estratégicos (por exemplo, em infraestrutura) - assim se perpetuando os obstáculos ao crescimento sustentável. Não é à toa que, no pós-Real, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu em média 3,3% ao ano, numa trajetória de "stop and go".

Em suma, a indexação constitui sério entrave ao desenvolvimento do país. A dificuldade é que há um dilema. Por um lado, a eliminação voluntária (por parte dos agentes privados) dos mecanismos de indexação pressupõe um ambiente de estabilidade bem consolidado - do contrário, os brasileiros, que têm o DNA da inflação no sangue, vão continuar buscando proteção. Por outro, a consolidação de um ambiente de estabilidade requer a desindexação. O único agente capaz de resolver esse dilema é o Estado: é preciso promover uma nova rodada de desindexação, que elimine os entulhos remanescentes do período de alta inflação crônica. Enfim, a guerra da estabilização ainda está para ser vencida, dezessete anos depois do Plano Real.

Andre de Melo Modenesi é professor adjunto da UFRJ, pesquisador do CNPq e autor de "Regimes monetários: teoria e a experiência do Real" (Manole, 2005).

Fernando Ferrari Filho professor titular da UFRGS e pesquisador do CNPq.

Rui Lyrio Modenesi ex-professor adjunto da UFF e economista aposentado do BNDES